

DESVENDANDO A COMUNICAÇÃO USADA PELAS AS PESSOAS COM SURDEZ: LIBRAS

UNCOVERING THE COMMUNICATION USED BY PEOPLE WITH DEAFNESS: LIBRAS

Francisca Pereira¹

RESUMO: Este estudo objetivou o conhecimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e seu uso em ambientes escolares, assim como, a estrutura linguística da língua. Por se tratar de um tema muito importante para a inclusão de alunos surdos, a Libras - Língua Brasileira de Sinais, torna-se de extrema necessidade, tanto nas salas especializadas para o atendimento de crianças com necessidades especiais, como, nas salas de aula normais, pois, é através da Libras, que professor e alunos poderão desenvolver a comunicação e a linguagem com as pessoas surdas, incluídas no ambiente escolar. A pesquisa proporciona um conhecimento acerca da Libras, no sentido histórico e gramatical, bem como a necessidade do seu uso nas salas de aula especializadas e normais, afim de estabelecer um entendimento da linguagem entre pessoas com surdez e ouvintes, facilitando as relações diversas estabelecidas entre estas pessoas, nos diversos espaços escolares. O trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica em livros, artigos de revista e sites, com informações esclarecedoras da língua em questão, uma língua, que como todas, teve sua história de lutas pelos direitos das pessoas surdas, assegurando o aprendizado significativo e para que possa diminuir os muitos empecilhos existentes, que impedem o desenvolvimento e provocam a repetência e a evasão, ocasionando o fracasso escolar. Para compreender isso o trabalho dialogou com vários autores os quais se destacam: SIÉCOLA (2016), VAGULA (2014) e SILVA (2011).

Palavras chaves: Libras. Comunicação. Surdos. Educação.

ABSTRACT: This study aimed at the knowledge of LIBRAS (Brazilian Sign Language) and its use in school environments, as well as the linguistic structure of the language. As it is a very important topic for the inclusion of deaf students, Libras - Brazilian Sign Language becomes extremely necessary, both in specialized rooms for the care of children with special needs, as well as in normal classrooms. , because it is through Libras that teachers and students will be able to develop communication and language with deaf people, included in the school environment. The research provides knowledge about Libras, in the historical and grammatical sense, as well as the need for its use in specialized and normal classrooms, in order to establish an understanding of language between people with deafness and hearing people, facilitating the various relationships established between these people, in the different school spaces. The work was developed through bibliographic research in books, magazine articles and websites, with clarifying information about the language in question, a language that, like all languages, had its history of struggles for the rights of deaf people, ensuring meaningful learning and for that can reduce the many existing obstacles, which prevent development and cause repetition and dropout, causing school failure. To understand this, the work dialogued with several authors, which stand out: SIÉCOLA (2016), VAGULA (2014) and SILVA (2011).

Keywords: Pounds. Communication. Deaf. Education.

¹ Professora da rede municipal de Marabá/PA, atua nas séries iniciais, na EMEF Profa. Izaura de Fátima Noceti, em Morada Nova, Marabá,PA. pós-graduada em Atendimento Escolar Especializado, pela Faculdade de Educação São Luís. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar, Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Pará. E-mail: kikamaraba@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, (Libras) como sendo a Língua oficial, utilizada para o estabelecimento da comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes, do Brasil.

Não se trata de gestos, os quais durante muito tempo se utilizaram para tentar entender o universo das pessoas com surdez, mais sim, de uma língua, que possui estrutura gramatical própria.

Historicamente, os surdos sofrem pela falta de uma comunicação efetiva dentro da sociedade de maioria ouvintes e usuária de modalidade oral-auditiva. Por muito tempo a comunicação com os próprios familiares dos surdos foi muito difícil, como também o atendimento dispensado a eles em repartições públicas e particulares de ensino e medica.

Hoje, temos o reconhecimento da língua de sinais e com isso, a educação tende a fazer uso dela para a instrução, como forma de tentar garantir os direitos de acessibilidade ao conhecimento institucionalizado da língua portuguesa, bem como da LIBRAS.

A conquista do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais deve-se à Lei de acessibilidade número 10.098 de 2000 que estabeleceu a garantia de acesso para as pessoas surdas.

A Libras foi oficializada no Brasil em 2002, com a Lei número 10436. A partir da oficialização da Libras, houve o aumento do número de cursos de língua de sinais, nos quais os professores surdos ministram aulas de Libras para professores ouvintes aprenderem essa forma de comunicação e contribuem com a educação inclusiva de alunos surdos.

Assim como a língua falada, as línguas de sinais não são universais. Cada uma tem a sua própria estrutura e é usada distintamente pela comunidade surda de cada país. A Língua Brasileira de Sinais é utilizada pelas pessoas surdas que vivem no Brasil, sendo também chamada de Libras. Assim como a linguagem oral varia dentro de um mesmo país, o mesmo ocorre na língua de sinais.

Libras é um sistema de comunicação arbitrário, composto por símbolos com significados convencionais, ocorre dentro de uma determinada comunidade ou cultura, é a representação cognitiva do universo por meio dos quais as pessoas constroem relações de comunicação. Assim como qualquer língua, contém um conjunto de regras gramaticais, apresentando-se, assim, como uma língua natural.

Assim, o artigo é produto de uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador selecionar e priorizar um conjunto de dados bibliográficos que represente o assunto estudado/investigado. Esse tipo de pesquisa permite ainda a formação de uma base de dados preliminares, seguidos de etapas de filtro sobre o que é mais necessário para a informação do tema em debate, culminando com a priorização de dados que dará suporte para a abordagem do tema.

Assim, esse estudo sobre a Língua de Sinais, inicia-se com um breve histórico acerca da educação de surdos, seguido pelas características dessa língua, depois dialoga sobre a importância da língua usada pelos os surdos, bem como a abordagem dela no ambiente escolar e por fim, a conclusão.

1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

A educação dos surdos é um tema bastante discutido atualmente por apresentar problemas inquietantes por suas dificuldades e limitações não dos surdos, mas do próprio sistema educacional. Essa discussão não é recente, pois vem discutindo-se ao longo da história, uma vez que tal assunto tem gerado polêmicas, lutas e conquistas.

Atualmente, as propostas educacionais tem dado enfoque à essa clientela, uma vez que o objetivo da educação é promover uma educação de qualidade abrangendo o ser de forma integral e proporcionando o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Sabe-se que as conquistas obtidas até aqui pelos os surdos são muitas, mas insuficientes ainda, nesse caso conhecer alguns marcos dos períodos históricos da educação de surdos, torna-se necessário para compreender as situações dos dias atuais.

A histórias dos surdos inicia-se desde a antiguidade os quais eram considerados pessoas incapazes e não tinha o devido respeito dos demais seres humanos.

Na Antiguidade os ouvintes tinham como pressuposto que os surdos não possuíam competência suficiente para se desenvolver plenamente, pois lhe faltava a faculdade da linguagem e sem esta não havia fala e, conseqüentemente, o sujeito surdo não pensava e não poderia aprender nada que lhe fosse ensinado. (SIÉCOLA, p. 10, 2016)

Com esse escrito fica perceptível a desvalorização da pessoa surda as quais sofriam as piores injustiças que além de serem consideraras incapazes, havia ainda sociedades que os abandonavam, os sacrificavam, os torturavam, enfim, “as condições do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade da época os consideravam anormais e incompetentes” (SIÉCOLA, 2016)

Já na Idade Moderna, inicia-se o interesse pela a educação da pessoa surda, segundo Siécola (2016), Bartolo Della Marca D’Ancona foi o primeiro escritor que fez menção sobre a possibilidade do surdo poder adquirir conhecimento por meio da língua de sinais e língua oral. Na mesma época, Girolamo Cardamo, que era médico e tinha um filho surdo, também declarou que os surdos tinham o direito de receber ensino, pois os mesmos eram capazes de aprender.

Nesse mesmo período, Pedro Ponce de León (1520-1584) foi o primeiro professor de surdos na história e seu trabalho serviu como referência para vários autores de sua época. Oferecia uma educação no modelo individual destinada aos filhos de nobres porque a fala era um pré-requisito para os filhos primogênitos receberem títulos e herança. (SIÉCOLA, 2016)

Juan Pablo Bonet – filólogo e soldado – interessou-se pela educação do surdo, Luís de Velasco, irmão do capitão geral do exército. Em 1620, Bonet publicou Redução das letras e arte para ensinar a falar aos mudos onde o alfabeto manual era usado para ensinar gramática e leitura aos surdos. (SIÉCOLA, 2016)

Outro que contribuiu também para a educação dos surdos foi John Bulwer (1614-1684), quem em 1644 publicou “Chirologia e Natural Language of the Hand”, onde preconiza a utilização de alfabeto manual, língua de sinais e leitura labial, idéia defendida pelo George Dalgarno anos mais tarde. John Bulwer acreditava que a língua de sinais era universal e seus elementos constituídos icônicos. 1648 John Bulwer publicou “Philocopus”, onde afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral. (STROBEL,2009)

De acordo com Siécola (2016), ainda na idade moderna, Charles Michel de L’Epée foi um dos maiores responsáveis pelo avanço da educação de surdos, ele foi um educador que defendia o uso da língua de sinais para a educação dos surdos, ele começou a ensinar os surdos em 1760 por razões religiosas, iniciando seu trabalho com duas irmãs surdas. Criou um sistema chamado de “Sinais Metódicos” que os alunos conseguiam sinalizar qualquer texto escrito ou escrever qualquer texto em francês gramaticalmente correto quando ditado por ele e dentre tantas contribuições, uma das principais foi a criação do Instituto Nacional dos surdos.

Parafraseando Strobel (2009), Thomas Gallaudet (1787-1851) começou a se interessar pela surdez quando conheceu a filha do vizinho, Alice Gogsell, que era surda. Em 1816, foi à França para aprender com L’Epée sobre educação de surdos. Realizou um estágio, fez

observações e começou a aprender os sinais e o sistema de sinais metódicos de L'Épée. Seu instrutor foi Laurent Clerc, que era surdo. Juntos fundaram a primeira escola americana para surdos e a transformaram na única universidade para surdos no mundo.

Em 1880, ocorreu em Milão um congresso onde a maioria dos congressistas era composta por italianos e franceses que, unidos naquele momento por razões políticas, ambos eram a favor do oralismo como unificação da língua de origem. Encontravam-se representados os seguintes países também: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Suécia e Rússia. Havia apenas um surdo participando do Congresso.

Como a grande maioria dos participantes desse congresso eram ouvintes, as resoluções encontradas foram à superioridade incontestável da Fala sobre os Sinais para reintegrar os “surdos-mudos” na vida social, sendo declarado que o método oral puro devia ser preferido, pois consideravam o uso simultâneo de sinais e fala prejudicial à fala, a leitura orofacial e a precisão de ideias. Assim,

A partir desse evento, foi atribuída ênfase à aquisição da linguagem oral, no ensino das áreas de conhecimento de História, Geografia, Matemática, dentre outras. Considerou-se então a superioridade incontestável do oralismo para ser incorporado à vida social das pessoas surdas, e para lhes proporcionar uma maior facilidade no exercício da linguagem, reconhecendo que o método da articulação deveria ter preferência sobre os gestos na instrução e na educação dos surdos. (SIÉCOLA, 2016, p. 12; Apud SILVA, 2003)

Nota-se mais uma vez o privilégio dado ao ensino da linguagem oral àqueles que ainda não tinham desenvolvido – os surdos. É visível a preocupação de desenvolver a linguagem oral ao invés de desenvolver a aprendizagem dos surdos. Sendo assim, a linguagem oral “se torna um símbolo de repressão física e psicológica, não sendo aceita a língua de sinais ou gestos, mesmo que ajudasse o aluno a ter uma melhor aprendizagem ou integração no mercado de trabalho”. (SIÉCOLA 2016; Apud SILVA, 2003).

Tais práticas, não obtiveram um resultado positivo, pois não conseguiram desenvolver a linguagem nos surdos e em consequência a isso os surdos se desmotivaram resultando assim um alto índice de surdos analfabetos.

E a partir de 1855 inicia-se no Brasil a preocupação da educação de pessoas surdas, e em 1857 foi fundado o primeiro Instituto para Surdos, mérito de Edward Huet que conseguiu o apoio de D. Pedro II para a inauguração do Instituto, “tendo como objetivo começar um trabalho com crianças surdas, que foram beneficiadas com bolsas de estudos financiadas pelo governo imperial. (SIÉCOLA, 2016).

A partir disto, vários outros institutos e escolas surgiram, como: o Instituto Santa

Terezinha para meninas surdas (SP), a Escola Concórdia (Porto Alegre - RS), a Escola de Surdos de Vitória, o Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” – CEAL/LP – em Brasília-DF, com a abordagem do Método Oral. (SIÉCOLA, 2016; Apud CAPOS, 2003)

Baseado nos métodos estabelecidos a partir do congresso em Milão – o oralismo – no Brasil também não foi diferente, pois os surdos não avançavam na linguagem isso porque a educação ofertada para os surdos era clínica e não educativa de fato, meramente a linguagem oral.

Segundo Siécola (2016), a língua de sinais poderia ser usada pelos alunos surdos do Instituto Nacional de Surdos-mudos, nas salas de aula, corredores e espaços sociais, mas em 1957 a diretora Prof^ª Ana Rímola de Faria Dória proibiu essa prática em todo o ambiente escolar. Embora que essa ação não foi o suficiente para os surdos abandonarem a prática da língua de sinais, pois segundo Siécola (2016, Apud REIS 1997), os alunos não deixaram de usar a língua de sinais em banheiros e corredores, longe dos olhares dos professores.

A partir de 1980, há uma crescente pesquisa acerca da língua de sinais brasileira – LIBRAS – inicia-se com isso os primeiros delineamentos da concepção sobre o bilinguismo.

O avanço nas pesquisas sobre as línguas de sinais orienta o acesso da criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: à língua de sinais e à língua oral de seu país, adotando a Filosofia Bilíngue. É uma filosofia que vem ganhando força na última década, principalmente no âmbito nacional, sendo aqui no Brasil a orientação educacional para os surdos. Após a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser oficializada no Brasil em 24 de abril de 2002 pela Lei Federal 10.436, o empenho pela comunidade surda por uma educação bilíngue tornou-se ainda mais evidente.

De acordo com Ferreira-Brito (1993) no bilinguismo, a língua de sinais é considerada uma importante via para o desenvolvimento do surdo, em todas as esferas de conhecimento, e, como tal, propicia não apenas a comunicação “surdo/surdo”, além de desempenhar a importante função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social.

A preocupação do bilinguismo é respeitar a autonomia das línguas de sinais, organizando-se um plano educacional que respeite a experiência psicossocial e linguística da criança com surdez. Quando o professor ouvinte conhece e usa a Língua de Sinais, tem

condições de comunicar-se de maneira satisfatória com seu aluno surdo. A introdução da Língua de Sinais no currículo de escolas para surdos é um indício de respeito à sua diferença. É o que caracteriza uma escola inclusiva para esse alunado.

Para a garantia disso algumas leis foram sancionadas a fim de garantir aos surdos uma educação que de fato contribua para seu desenvolvimento social e educacional, dentre tantas, destacam-se:

A Declaração de Salamanca (1994, p. 07), um dos princípios diz que:

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos / cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9394/96), em seu CAPÍTULO V, assegura que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (p. 39)

§ 10 Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (p.39)

§ 20 O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (p. 04)

Conforme regulamentação da Lei nº 10.436 – Art. 3º de 24 de abril de 2002 e o art.18 da Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, respectivamente, diz que:

Art.3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Vê-se que as pessoas surdas estão amparadas legalmente, pois as leis reconhece-os como seres em sua totalidade e os garante a oferta de uma educação que amplie seus conhecimentos, assim como uma metodologia e adequação de práticas educacionais capazes de realmente fazer educação de qualidade para essa clientela.

Mesmo assim, é visível também que ainda tem grandes desafios na oferta dessa

educação para os surdos, seja metodológica, profissional da área e até mesmo oportunidades perante os demais da turma.

1. CARACTERÍSTICAS DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA – LIBRAS

A Libras apresenta todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do significado), o nível morfológico (da formação de palavras), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).

As Línguas de Sinais expressam conceitos concretos e abstratos, pode-se discutir sobre política, economia, matemática, física, psicologia, etc. Cada país apresenta sua respectiva língua de sinais, a língua de sinais americana (ASL) é diferente da língua de sinais brasileira (Libras), assim como estas diferem da língua de sinais britânica, da língua de sinais francesa e assim por diante. Fatores geográficos e culturais são influentes na determinação e mudança histórica do sinal, dentro do mesmo território geográfico, pode ocorrer os dialetos, como há nas línguas orais, o que se denomina regionalismo.

Outro aspecto da Libras está relacionado ao fato de muitas pessoas pensarem que todos os sinais são como um “desenho” no ar do referente que representam. É claro que, por decorrência de sua natureza linguística, a realização de um sinal pode ser motivada pelas características do dado da realidade a que se refere a estes denominamos sinais icônicos. Mas isso não é uma regra, a maioria dos sinais é arbitrária, não mantendo relação de semelhança alguma com seu referente.

Silva (2011) diz que Stokoe, em 1960, comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças, pois em sua observação, Stokoe concluiu ainda que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, comprovando que cada sinal apresentava, pelo menos, três partes independentes em analogia com os fonemas da fala, a localização, a configuração de mãos e o movimento, concluiu também que cada parte possuía um número limitado de combinações.

Outra característica das línguas de sinais é que muitas palavras que não possuem sinais próprios, geralmente, por razões socioculturais, são usadas através da datilologia (alfabeto manual), sendo que, este recurso aparece em línguas de sinais por influência da língua oral-auditiva em permanente contato, no entanto, não é um traço gramatical das línguas de sinais.

A linguística é a área que se preocupa com a natureza da linguagem e da comunicação. O que caracteriza a distinção entre as línguas é a diferença existente entre os sistemas fonológico (de sons), morfológico (de formas), sintático (de estrutura frasal) e semântico-pragmático (significação e uso). No Brasil, é possível constatar vários sistemas linguísticos distintos, próprios e naturais como as línguas orais-auditivas, a língua portuguesa, as diversas línguas indígenas e a língua de sinais (Libras).

2.1 Sintaxes da Língua de Sinais

A análise da sintaxe da Libras deve considerar o espaço de execução do sinal devido as relações sintáticas fazerem uso do sistema pronominal e nominal para este fim. Como exemplo, cita-se a diferença na execução do movimento dos verbos direcionais de acordo com o pronome que identifica o executor da ação

A sintaxe é o estudo das interrelações dos elementos estruturais da frase e das regras que regem as combinações das sentenças. O estudo da sintaxe das línguas de sinais, como o das línguas orais, é bastante centrado na questão da ordem dos constituintes da sentença. (VAGULA e VEDOATO, 2014, p. 161)

Nesse sentido, a ordem da Libras ocorre de maneira diferente em relação à língua portuguesa. Os aspectos não manuais também são relevantes na sintaxe da Libras, visto que os enunciados possuidores de verbos com concordância na sua formação obrigatoriamente devem ter esta marca. Contudo, não é apenas nesta situação que os aspectos não manuais devem aparecer, visto que, na marcação da localização dos referentes também é necessário esse parâmetro

Outra característica da descrição sintaxe das línguas de sinais está relacionado ao sinteticismo, que se refere ao fato de que as línguas de sinais fazem pouco uso de preposições e conjunções em relação à língua oral; ocorre a omissão frequente dos verbos ser e estar, (VAGULA e VIADOTO, 2014; Apude BERNARDINO, 2000).

2.2 Semântica e pragmática da língua de sinais

A semântica e pragmática também faz parte do sistema de LIBRAS, a primeira estuda o significado linguístico e a segunda estuda o significado resultante do uso linguístico. Em outras palavras, a semântica tem como foco de estudo a significação, ela se concentra no estudo da relação entre as expressões linguísticas e o mundo. E a pragmática, é a área que estuda a língua considerando o contexto linguístico do uso, o seu uso e os princípios de comunicação. Dessa forma,

Nas línguas de sinais podem aparecer por intermédio de traços prosódicos que se realizam pelas as expressões faciais (sorriso, musculatura facial, de modo em geral) manuais (lentidão ou rapidez, suavidade ou rigidez da mão ao mover-se para produzir uma expressão) ou corporais. (VAGULA e VEODATO 2014 p. 161)

Assim, fica claro a inter-relação entre a semântica e o pragmatismo, pois entende-se que o sentido muitas vezes sofre influência do contexto pragmático, sendo este último tomado como o conjunto de circunstâncias em que a mensagem que se deseja transmitir é emitida e compreendida.

2.3 Morfologia da Língua de Sinais

Lembrando que a morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras e sinais, assim como as regras que determinam a formação das palavras (VAGULA e VEDOATO, 2014), é importante entender que diferentemente das línguas orais em que as palavras complexas, frequentemente, mas não exclusivamente, são criadas a partir da adição de afixos a uma raiz, na língua de sinais essa complexidade dos morfemas é resultado de processos não concatenativos, (relacionamento de ideias, fatos ou coisas entre si; ligação, encadeamento harmonização, conciliação entre palavras) porque à raiz são adicionados movimentos e contornos no espaço de sinalização. Sendo assim

Como as línguas orais-auditivas, a língua de sinais, apresenta um sistema de estrutura e formação das palavras, no entanto, o que diferencia das línguas orais-auditivas é que elas são sintéticas (resumidas).

[...] As palavras podem ser simples ou composta, mas, não há relação com a descrição da língua portuguesa como, por exemplo, a palavra guarda-chuva que é composta na língua portuguesa e na língua de sinais é uma palavra simples, como o contrário, também ocorre “maçã-laranja-diversos” em língua de sinais que corresponde à palavra “frutas” em português. (VAGULA e VEODATO, 2014 P. 160)

Como já mencionado, libras é uma língua que tem o movimento das mãos como principal elo para manter a comunicação, assim, sua morfologia é determinada pela a configuração da mão, onde a mesma pode construir as flexões da língua como: gênero, número e grau das palavras.

2.4 Identificações pessoais em Libras

Desde que nascemos é comum termos o nome. Quando conhecemos uma pessoa, já queremos saber logo o nome dela – o que é comum e natural nas sociedades, isso porque todos os seres humanos tem seu próprio nome. Com os usuários da Língua de sinais não é

diferente, eles também tem um sinal para se identificarem. É importante citar que esse sinal é definido pela a própria pessoa, ou seja cada pessoa surda tem um sinal que o identifica de acordo com o nome, nesse caso o sinal é livre, sendo que o próprio o cria – é o que se chama de nome visual.

Um nome visual, como o próprio nome diz se trata de uma marca, um traço visual próprio da pessoa. Quando tal pessoa ainda não tem um sinal (nome visual) usa-se o alfabeto manual que compõe no quadro das configurações de mãos usadas Língua Brasileira de Sinais. (VAGOLA e VEDOATO, 2014)

2.5 Fonologia da Língua de Sinais

A fonologia tem como objetivo identificar as unidades mínimas sonoras do sistema linguístico. Sendo assim, nas línguas oral-auditivas essas unidades mínimas são os fonemas e nas línguas gesto-visuais são os quiremas. O fonema é o menor elemento sonoro que é capaz de distinguir significados em palavras e o quirema é a unidade mínima fonológica da língua de sinais, é visto como unidade formacionais do sinal, ou seja, é composto pela articulação entre os parâmetros da língua de sinais

Segundo Silvia (2011), o sistema querológico das línguas de sinais foi descrito por Stokoe em 1960, os quais são: *a configuração, localização e movimentos das mãos*, de forma analógica à descrição da linguística oral em relação ao *ponto de articulação* e o papel das cavidades bucal e nasal, que classifica os sons em vogais e consoantes. E mais tarde ainda, o pesquisador Battison em 1973, realizou um acréscimo à descrição dos quiremas a característica da orientação da direção das mãos, expressão facial/e corporal. Vagula e Vedoato aborda a composição do sistema fonológico da língua de sinais descrito por fernandes (2003):

Configuração das mãos é a forma que a mão assume durante a realização de um sinal, elas são feitas pela mão dominante ou pelas duas mãos, dependendo do sinal.

Ponto de articulação é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro.

Movimento das mãos é o deslocamento da mão no espaço durante a realização do sinal. Os sinais podem ou não ter movimento na sua execução.

Orientação/direção das mãos (para cima ou para baixo, posição horizontalizada; para dentro, para fora, para a direita ou para a esquerda posição verticalizada).

Expressão facial/e ou corporal: além dos quatro parâmetros, em sua configuração tem como traço diferenciador a expressão facial/e ou corporal. (VAGULA e VEDOATO, 2014, p. 159 e 160; Apude FERNANDES, 2003)

Diante do exposto nota-se a amplitude da língua de sinais, a mesma tem sua morfologia completa, visto que o movimento é um parâmetro embora que complexo, pois

pode assumir diversas formas e direções, bem como a frequência também, contemplando ainda mais esse conjunto a expressão facial e /ou corporal.

1. A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Como já mencionado, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- é considerada pela linguística como língua natural, com um sistema linguístico legítimo e não como um problema dos surdos, nem como uma patologia da linguagem. No Brasil, a LIBRAS é a língua oficial utilizada pelas pessoas surdas para estabelecer a comunicação.

Conhecer a Língua de Sinais Brasileira, é de cunho importante para o desenvolvimento dos alunos surdos, assim, inserir essa língua no ambiente escolar, contribuirá para o reconhecimento dos mesmos quanto pessoas completas e capazes assim como as demais do contexto escolar. Pois a mesma foi e é resultado de uma grande caminhada histórica de lutas e desafios das pessoas surdas, uma vez que essa luta foi e é para ambos serem ouvidas de fato, assim como serem respeitadas também. Para isso, a escola precisa estar atenta a essas conquistas e principalmente respeitar essa clientela.

Dessa forma, o aluno surdo, para se desenvolver, necessita, então, de professores altamente participativos e motivados para aprender e tornar fluente a linguagem. Só assim, ou seja, respeitando e considerando as suas necessidades educacionais é que será possível proporcionar o pleno desenvolvimento emocional e cognitivo e a efetiva inclusão e participação do aluno surdo no meio social.

De acordo com Silva (2001; Apud Quadros, 1997), o aluno surdo precisa ter domínio na língua de sinais, porque na apropriação desta língua, o aluno surdo compreende que palavras, frases e parágrafos têm significado linguístico e as palavras precisam ser contextualizadas para interlocução. Por isso o contato com a comunidade surda torna indispensável, sendo neste convívio uma oportunidade para aquisição da língua de sinais como suporte para a aquisição da L2 – Língua Portuguesa. Na primeira língua os alunos surdos podem conversar por meio de mensagens de celular, conectar-se à internet e interagir entre eles essas práticas de leitura e escrita deve ser explorada para que, de forma prazerosa e espontânea, desperte o interesse dos alunos surdos.

SILVA (2011 p. 155 Apud QUADROS, 1997), acrescenta ainda que algumas estratégias válidas para o desenvolvimento e aquisição da escrita, estratégias essas definidas por Quadros, tais como:

Criar atividades como relacionar imagem e texto por meio de enumeração; desordenar os quadrinhos para que os alunos coloquem em ordem; apagar o diálogo dos balões para que relacione a expressão facial e o contexto ao que se fala ou pensa; o trabalho com o gênero bilhete também pode ser utilizado. De modo geral, os docentes devem saber quando e onde as pessoas surdas usam a língua nacional, pois a leitura e escrita deve ultrapassar o âmbito da sala de aula e ser significativa para vida.

A leitura deve ser levada em consideração quanto ao ensino de português como segunda língua para surdos, tendo em vista que ela constitui uma etapa fundamental para a aprendizagem da escrita.

O professor, ao conduzir o aprendiz à língua de ouvintes, deve-se situá-lo dentro do contexto valendo-se da sua língua materna (L1) a língua de sinais, ela deverá ser sempre contemplada como língua de instrução em qualquer disciplina, especialmente na de língua portuguesa, pois atribui o processo ensino/aprendizagem numa perspectiva bilíngue. Assim, a partir de 2002, os cursos de licenciatura inseriram em seus currículos a disciplina LIBRAS, como obrigatória, pela necessidade do professor ter acesso ao conhecimento desta língua, para que possa atender com eficácia os casos de inclusão da pessoa surda em salas de aula normal.

Contudo, pode-se afirmar que a escola é um dos mais importantes espaços de convivência social e que a comunicação usada na escola deve contemplar as necessidades linguísticas de todos que ali permanecem. No caso das pessoas surdas, é imprescindível que se faça uso da língua de sinais, uma vez que esta não é meramente uma alternativa à comunicação do surdo, e sim a língua oficial dessa comunidade. Sendo assim, é muito importante que os educadores e demais funcionários das instituições educacionais estejam cada vez mais capacitados a comunicar-se em Libras com fluência e constância.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a Língua Brasileira de Sinais trouxe o conhecimento de que se trata da língua de sinais, oficial do Brasil utilizada para estabelecer a comunicação entre pessoas com surdez e ouvintes. Ela apresenta todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do significado), o nível morfológico (da formação de palavras), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).

A LIBRAS vem se desenvolvendo ao longo dos séculos, através das discussões acerca das necessidades de integrar as pessoas com surdez nos ambientes escolares, para que elas possam se desenvolver, estabelecendo a comunicação entre elas e com pessoas

ouvintes, de forma a participarem de situações de aprendizado das outras áreas do conhecimento escolar, bem como da língua portuguesa. A libras se diferencia das línguas faladas, tendo como características o espaço- visual. No que se refere às línguas de sinais, a fonologia é representada pela querologia, que é o estudo do movimento das mãos e do pulso, sendo representada através da articulação dos sinais.

Atualmente, tem sido muito comum pessoas se depararem com outros indivíduos conversando de um modo muito diferente do que estão acostumadas. Para os que não conhecem pode parecer estranho, mas, para quem conhece a Língua Brasileira de Sinais este sentimento se desfaz. As pessoas com surdes tiveram ao longo de sua história diversos termos pejorativos para denominá-los, no entanto constatou-se que estas pessoas estão inseridas na sociedade e precisam ser integradas de fato a educação nos diversos espaços escolares, prevalecendo o direito que todo indivíduos tem, de aprender e se desenvolver como seres humanos pertencentes a uma sociedade, composta de pessoas com diversas diferenças e deficiências, como é o caso da sociedade brasileira.

Muito precisa ser feito para de fato integrar as pessoas com surdez nos ambientes escolares, de forma plena, onde os mesmos possam participar do processo de aprendizagem, não só da sua língua mãe, mas de outras línguas e das diversas área do conhecimento as quais os ouvintes tem acesso. Espera-se que a escola e os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem possam pensar com mais carinho sobre estas pessoas e utilizem as melhores metodologias possíveis, que venham a desenvolver um aprendizado significativo das pessoas com surdez, para que elas consigam ter momentos de participação ativa na vida em sociedade. E, que a cada dia possam ter mais acesso aos recursos necessários ao desenvolvimento da comunicação entre surdos e ouvintes, para que haja o entendimento dos anseios e desejos deste público, que a muito tempo foi discriminado pelo fato de não fazer parte da comunidade ouvinte.

O aluno surdo, para se desenvolver, necessita, então, de professores altamente participativos e motivados para aprender e tornar fluente a linguagem, respeitando e considerando as suas necessidades educacionais é que será possível proporcionar o pleno desenvolvimento emocional e cognitivo e a efetiva inclusão e participação do aluno surdo no meio social. Para isso, entre outras ações, deve-se levar em conta o decreto Nº 5626 exatamente no Art. 3º onde diz que “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e

privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Dessa forma, teremos professores com o conhecimento a respeito dessa língua o que facilitará a comunicação e o trabalho pedagógico voltado para as pessoas surdas, pois a maioria dos professores ainda se encontram alheios a essa língua, o que tem dificultado mais ainda a educação para os surdos. Em suma, o importante não é apenas conhecer ou estudar essa língua, é mais que isso, é primordial compreender que a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, não é uma mera tradução da língua portuguesa por meio de gestos, mas se configura como uma língua própria, com características particulares.

REFERÊNCIAS

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58. Disponível em: p.portal.mec.gov.br. Acesso em 12/03/2018

LEI, 10.436. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 10/03/2018.

SALAMANCA, Declaração de: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 10/03/2018

SIÉCOLA, Márcia. **Deficiência visual, auditiva e surdocegueira**. 1ª Edição; Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2016.

SILVA, Lúcia. **Língua Brasileira de Sinais-Libras**. Fael. Curitiba, 2011

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Artigo: 49 páginas; 2009. Disponível em: WWW.libras.ufsc.br. Acesso em 20/03/2019.

VAGULA, Edilane e VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, 2014.